

As Demonstrações Financeiras da Companhia, em consonância com outras empresas do conglomerado JSL passaram a ser auditadas, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PWC"). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, a JSL Arrendamento Mercantil S/A no semestre não auditado e nem teve serviços prestados pela PWC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste. Agradecemos aos nossos colaboradores, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honraram com seu apoio e confiança.

Barueri, 23 de março de 2015.

DIRETORIA

Demonstrações do Resultado para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota Explicativa	2º sem.		Exercícios
		2014	2014	
Receitas da intermediação financeira		959	1.367	629
Operações de arrendamento mercantil		220	220	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5 e 6	739	1.147	629
Despesas da intermediação financeira		(210)	(210)	-
Operações de arrendamento mercantil		(188)	(188)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7d	(22)	(22)	-
Resultado bruto da intermediação financeira		749	1.157	629
Outras receitas (despesas) operacionais		(2.075)	(2.125)	(106)
Receitas de prestação de serviços		7	7	-
Despesas de pessoal	15b	(888)	(888)	-
Outras despesas administrativas	15c	(1.142)	(1.173)	(77)
Despesas tributárias		(52)	(71)	(29)
Resultado operacional		(1.326)	(968)	523
Resultado não operacional		(7)	(7)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(1.333)	(975)	523
Imposto de renda e contribuição social	12	519	390	(181)
Imposto de renda		31	(45)	(104)
Contribuição social		53	-	(77)
Ativo fiscal diferido		435	435	-
(Prejuízo)/Lucro		(814)	(585)	342
(Prejuízo)/Lucro por ação em circulação - em R\$				
(Representado por 20 milhões de ações em 2014 - 7 milhões de ações em 2013)		(0,04)	(0,03)	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

c) Composição da carteira por Setor Econômico:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Valor	%	Valor	%
Sector Privado				
Serviços:				
Transporte Terrestre	744	49,40	-	-
Pessoa Física:				
Pessoa Física	762	50,60	-	-
Total	1.506	100,00	-	-
d) Provisão para crédito de liquidação duvidosa				
	01/01 a 31/12/2014		01/01 a 31/12/2013	
Saldo Inicial				
Constituição		22		-
Saldo Final		22		-

e) Recuperação e Renegociação de Créditos - Nos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não houve recuperação ou renegociação de créditos.

8. OUTROS CRÉDITOS

Tributos Diferidos - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, estão representados por:

	31/12/2013		31/12/2014	
	Realização /Reversão	Constituição	Realização /Reversão	Constituição
Refletidas no Resultado				
Prejuízos Fiscais e base negativa	-	435	-	435
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	426	-	426
Refletidas no Patrimônio Líquido				
- Ajustes de avaliação patrimonial	-	3	-	3
Títulos Disponíveis para venda	-	3	-	3
Total		438		438

A Companhia iniciou suas operações a partir de 13 de outubro de 2014, tendo constituído crédito tributário com expectativa de realização a partir de 2017. O valor presente calculado com base na Selic é de R\$ 325.

9. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	31/12/2014	31/12/2013
Veículos e Afins	2.098	-
Depreciação	(188)	-
Superveniência de Depreciação	183	-
Total	2.093	-

A receita de superveniência de depreciação registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 183. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não houve registro de receita de superveniência de depreciação.

10. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS - A execução das atividades normais da Companhia acarreta em contingências que podem ser classificadas conforme segue. • **Ativos Contingentes** - Não existem ativos contingentes contabilizados no período. • **Passivos Contingentes** - A provisão para contingências será estabelecida por valores conhecidos, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base nas opiniões de nossos consultores jurídicos para os casos em que a perda é considerada provável. A Companhia não possui processos judiciais em aberto.

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias:

	31/12/2014	31/12/2013
Impostos e Contribuições a recolher	247	161
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	46	-
Total	293	161

b) Diversas:

	31/12/2014	31/12/2013
Provisão Despesas de Pessoal	211	-
Credores Diversos Pais	120	-
Contas a pagar	120	-
Outras	150	22
Total Curto Prazo	481	22
Credores por antecipação VRG (Nota 7a)	587	-
Total Longo Prazo	587	-
Total Geral	1.068	22

12. TRIBUTOS - A Sociedade está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real, estando sua contabilidade a seguir demonstrada:

Descrição	2014		2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de Renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(1.333)	(975)	(1.333)	(975)
Alíquota vigente	25%	15%	25%	15%
Expectativa de crédito (despesa) de acordo com a alíquota vigente	319	244	200	146
Eleito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes no exercício: Outras diferenças	-	-	-	2
Total de imposto de Renda e Contribuição social	319	244	200	146
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO				

a) Capital Social - Conforme Ata da AGE de 15/10/2014 foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 13.000.000,00. Em decorrência do mencionado aumento o capital social da Companhia é de R\$ 20.000.000,00, dividido em 20.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (7.000.000 em dezembro 2013). **b) Destinação do Lucro** - Do lucro líquido apurado no final de cada período, 5% serão destinados para a constituição da reserva legal. Ao acionista é assegurado dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1%, no mínimo, do resultado no encerramento de cada exercício, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia. (Conforme AGO de 01/04/2014 foi deliberado a não distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2013).

c) Reservas

	31/12/2014	31/12/2013
Reservas de Lucros	618	1.203
Reserva Legal	530	619
Reserva Estatutária	88	584

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações:

a) Controlador Banco BGN S/A - até julho de 2014.

	2013	2014	2013	2014
	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades		9	-	-
Banco BGN S/A		-	-	-
Depósitos interfinanceiros (100% CDI)		8.605	351	629
Banco BGN S/A.		8.362	-	-
Controlador JSL Holding Financeira - Atual				
	2014	2013	2014	2013
	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Comissões a Pagar		(2)		(2)
JSL S/A		-		-

c) Remuneração do Pessoal Chave da Administração - De acordo com o Estatuto Social da Companhia é de responsabilidade da Assembleia Geral a fixação do montante global da remuneração dos Administradores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, do período de setembro a dezembro houve gastos com remuneração aos Administradores no montante de R\$ 552. (Não houve remuneração no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013).

15. INFORMACIONES COMPLEMENTARES - a) Benefícios Pós Emprego - Não existem benefícios pós emprego tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

b) Despesas de Pessoal

	2º Semestre 2014	31/12/2014	31/12/2013
Proventos	530	530	-
Benefícios	43	43	-
Encargos sociais	315	315	-
Total	888	888	-

c) Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre 2014	31/12/2014	31/12/2013
Aluguéis	147	147	-
Serviços de terceiros - Proc. Dados	259	259	-
Serviços de terceiros - Tec.Especial	133	133	-
Serviços do sistema financeiro	13	13	-
Honorários da Diretoria (Nota 14c)	552	552	-
Outras	98	69	77
Total	1.142	1.173	77

d) Gerenciamento de Riscos - A gestão de risco é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação JSC x Retorno. O gerenciamento de risco é o processo onde: • São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações; • São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações da Administração e as estratégias; • A carteira é administrada vis-à-vis as melhores relações risco-retorno. A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação. Os processos de gestão de risco permeiam toda a instituição, estando alinhados às diretrizes da Administração e dos Executivos que, por meio de Comitês e Comissões Superiores, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações aplicáveis no Brasil. O controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é realizada de forma centralizada, visando assegurar que os riscos da Companhia sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos.

(comparativamente a 14,7%, em 2013 e 16,4% em 2012). Em 2014 o crédito registrou desaceleração, em linha com o arrefecimento do ritmo da atividade econômica, que afetou, principalmente, a demanda por operações com recursos livres pelas empresas e famílias.

O volume crédito do SFN destinado ao mercado de veículos (financiamento à aquisição e arrendamento mercantil), onde concentra-se o foco dos negócios da Companhia, alcançou R\$ 212,7 bilhões, com redução de 4,7% no ano (comparativamente a redução de 0,5% em 2013), enquanto a produção (originação de novas operações) totalizou em 2014 R\$ 119,0 bilhões, com evolução de 1,3% no ano (comparativamente a redução de 1% em 2013).

A indústria de fabricantes de veículos automotores em decorrência deste cenário apresentou redução na produção de veículos automotores, afetando dessa maneira, o não crescimento das operações de crédito e de arrendamento mercantil destinadas aos bens de sua produção.

Neste contexto o Total dos Ativos somava R\$ 21,9 milhões, destacando-se R\$ 6,0 milhões em Aplicações Financeiras de Liquidez, R\$ 13,3 milhões em Títulos e Valores Mobiliários - Letras Financeiras do

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2014		2013		PASSIVO	Nota Explicativa	2014		2013	
		2014	2013	2014	2013			2014	2013		
Circulante		19.457	8.387			Circulante		728	183		
Disponibilidades		55	9			Outras obrigações		728	183		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	6.000	8.362		11a	Fiscais e previdenciárias		247	161		
Aplic. em Operações Compromissadas - LFT		5.140	-		11b	Diversas		481	22		
Aplic. em depósitos Interfinanceiros		860	8.362			Exigível a longo prazo		633	-		
Títulos e Valores Mobiliários	6	13.369	-			Outras obrigações		633	-		
Títulos de renda fixa - LFT		13.369	-			Fiscais e previdenciárias	11a	46	-		
Operações de arrendamento mercantil		(9)	-		11b	Diversas		587	-		
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor privado	7	716	-			Patrimônio líquido		20.614	8.204		
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber e valor residual a balancear	7	(716)	-			Capital de domicílios no país	13a	20.000	7.000		
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	7d	(9)	-		13c	Reservas de lucros		618	1.204		
Outros créditos		42	16			Ajuste de avaliação patrimonial		(4)	-		
Diversos		42	16			Total do ativo		21.975	8.387		
Realizável a longo prazo		425	-			Total do passivo		21.975	8.387		
Operações de arrendamento mercantil	7	(13)	-								
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor privado		1.472	-								
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber e valor residual a balancear		(1.472)	-								
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	7d	(13)	-								
Outros créditos	8	438	-								
Tributos diferidos		438	-								
Permanente		2.093	-								
Imobilizado de arrendamento	9	2.093	-								
Bens arrendados	9	2.098	-								
Superveniência de depreciação	9	183	-								
Depreciação acumulada	9	(188)	-								
Total do ativo		21.975	8.387			Total do passivo		21.975	8.387		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social		Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/Prejuízos acumulados	Totais
	Social	Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2012	7.000	501	361				7.862
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	341	341
Destinações:							
Reserva legal	-	18	-	-	-	(18)	-
Reserva estatutária de lucros	-	-	323	-	-	(323)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	7.000	519	684				8.203
Ajuste de avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(4)	-	(4)
Aumento de Capital	13.000	-	-	-	-	-	13.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(585)	(585)
Destinações:							
Reserva legal	-	11	-	-	-	(11)	-
Reversão de lucros	-	-	(596)	-	-	596</	

objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas. I - **GERENCIAMENTO DE CAPITAL** - De acordo com a Resolução CMN nº 3.988/2011, a Gestão de Capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Companhia, na avaliação da necessidade de capital para fazer face às operações e aos riscos a que a Companhia está sujeita e atender as metas de crescimento das operações e a adequada manutenção da estrutura corporativa estabelecidas no planejamento estratégico. A estrutura de Gestão de Capital é segregada das áreas de negócios e da auditoria interna e deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir e avaliar, monitorar e reportar a necessidade de capital, observando as seguintes diretrizes: • Estabelecer metas e necessidades de capital, considerando os riscos a que a Companhia está sujeita e os objetivos estratégicos estabelecidos; • Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições econômicas, regulamentares/legais e de mercado; • Manter um colchão de capital prudente, de forma a garantir a viabilidade econômica da Companhia e financiar as oportunidades de crescimento; • Observar, permanentemente, os normativos emitidos pelos reguladores; • Assegurar que os participantes tomem decisões estratégicas e operacionais, segundo as respectivas competências, devendo a Área de Controles e Riscos informar regularmente à Diretoria sobre a compatibilidade do capital frente aos riscos expostos e aos objetivos estratégicos. II - **GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL** - De acordo com a Resolução CMN nº 3.380/2006, define-se como Risco Operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se à esta definição o Risco Legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas. Excluem-se os riscos estratégicos de negócios e riscos de reputação, que não derivam de falhas de controle interno. A estrutura estabelecida para a Gestão de Risco Operacional deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, de acordo com as

determinações estabelecidas pelos órgãos de supervisão. III - **GERENCIAMENTO DE RISCO DE MERCADO** - Define-se como Risco de Mercado, conforme a Resolução CMN nº 3.464/2007, a possibilidade de ocorrência de perdas advindas de oscilações de preços e taxas de mercado, além de ausência de liquidez de instrumentos financeiros, que impactem no valor de registro das posições detidas com exposição ao risco. A esta definição se inclui os riscos de operações sujeitas à variação cambial, de taxa de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). A Gestão do Risco de Mercado envolve a classificação das posições detidas pela Companhia em Carteira de Negociação ou Não-Negociação, o controle do limite máximo de exposição, a criação de cenários de teste de estresse, o back test do modelo de gestão adotado e o estabelecimento de um plano de medidas contingenciais. IV - **GERENCIAMENTO DE RISCO DE CRÉDITO** - De acordo com a Resolução CMN nº 3.721/2009, define-se como Risco de Crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. As exposições ao risco de crédito devem ser monitoradas com eficácia, de forma a permitir, com base em pontos de controle e relatórios quantitativos e qualitativos, acompanhar e avaliar a composição, a concentração dos riscos de crédito e a sua distribuição de acordo com as políticas e os limites estabelecidos, bem como os níveis de classificação de risco e a sua evolução, os níveis de atraso, renegociações, recuperações e provisionamentos. Todos os limites estabelecidos devem ser devidamente comunicados às áreas envolvidas, tornando-as também parte desta estrutura, no que tange ao seu cumprimento. No sentido de atender as premissas da Companhia de maneira tempestiva, serão utilizados instrumentos de controle, tais como: Var da Carteira, Limite Máximo de Exposição ao Risco de Crédito por Grupo Econômico, Índice de Inadimplência, Provisão para Devedores Duvidosos, Classificação e Revisão Periódica de Clientes, Monitoramento de Exposição ao Risco de Crédito Indireto, Exposições sobre Estimativa de Valor de Mercado do Bem (Risco de Valor Residual), Monitoramento de Renegociações, Perdas e Recuperações de Crédito e Plano de Contingência. V - **GERENCIAMENTO DE RISCO DE**

LIQUIDEZ - Define-se o Risco de Liquidez, de acordo com a Resolução CMN nº 4.090/2012, como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, descaimento entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento da Companhia, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia adota um conjunto de medidas de contingência para momentos de crise de liquidez e uma Política de Gestão de Caixa, para manutenção de suas atividades, bem como, Fluxo de Caixa que permita verificar a movimentação de ativos e passivos. e) **MEDIDA PROVISÓRIA 627/2013** - Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973, objeto da conversão da Medida Provisória nº 627/2013, que dentre outras providências: Altera a legislação tributária federal relativa ao IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS, adaptando-a às normas contábeis pautadas nos padrões internacionais de contabilidade, com estabelecimento de ajustes para a apuração dos referidos tributos; revoga o Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais. Com base na análise efetuada pela Administração em relação aos possíveis impactos tributários dos dispositivos da Lei 12.973/2014, a instituição optou pela aplicação das disposições contidas nos artigos 1º, 2º e 4º a 70 da citada Lei para o ano calendário de 2014, nos termos e condições estabelecidas na regulamentação editada pela Receita Federal do Brasil. Ainda, foram avaliados os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973/2014 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014 a serem reportadas.

Osmar Roncolato Pinho
Diretor Presidente

Izidoro José Polari Neto
Diretor

Germanio Rocha Machado
Contador - CRC 1SP-114733/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as operações e elabora suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem que o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil seja classificado no ativo permanente como superveniência/insuficiência de depreciação (nota 3(f)). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei no. 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante e realizável a longo prazo e receitas/despesas de intermediação financeira – operações de arrendamento mercantil, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pela não reclassificação descrita no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JSL Arrendamento Mercantil S/A em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Informação complementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em

31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 28 de fevereiro de 2014, sem ressalvas.

Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2013 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2013 tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de março de 2015

 **PricewaterhouseCoopers**

 **Auditores Independentes**
CRC 2SP000160/O-5

Rui Borges
Contador CRC 1SP207135/O-2

Aos Administradores e acionistas
JSL Arrendamento Mercantil S/A
Barueri - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da JSL Arrendamento Mercantil S/A (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria